



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

INGRID CRISTINA DE ARRUDA GOMES

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O DESENVOLVIMENTO DO
ESTUDANTE COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO
2024**

Ingrid Cristina de Arruda Gomes

**Atendimento Educacional Especializado e o desenvolvimento do estudante
com Transtorno Espectro Autista Na Educação Básica**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção do grau de licenciado (a) em Pedagogia.

Orientador (a): Dra. Luciane Silva de Souza

Miracema do Tocantins, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

G633a Gomes, Ingrid Cristina de Arruda.

Atendimento Educacional Especializado e o desenvolvimento do estudante com Transtorno Espectro Autista Na Educação Básica. / Ingrid Cristina de Arruda Gomes. – Miracema, TO, 2024.
48 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2024.
Orientador: Luciane Silva de Souza

1. Autismo. 2. Atendimento Educacional Especializado. 3. Sala de Atendimento Especializado. 4. Inclusão. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

INGRID CRISTINA DE ARRUDA GOMES

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O DESENVOLVIMENTO DO
ESTUDANTE COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Monografia apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 05 / 09 / 2024

Banca Examinadora

Prof. Dra. Luciane Silva de Souza – Orientadora - UFT.

Prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento – Avaliador – UFT.

Dra. Layanna Giordana Bernardo Lima – Avaliadora – UFT.

Esp. Alcione Silva Queiroz – Avaliadora – SEDUC -TO.

Dedico esse trabalho aos meus
incentivadores e ao meu Deus, que me
permitiu chegar até aqui!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que me permitiu chegar até aqui, mesmo com tantos obstáculos. Segundo, ao meu esposo, Thiago de Souza, pelas palavras de incentivo para ingressar na universidade e nos momentos que achei que não daria conta e pensei em desistir, e aos meus filhos Sophia Cristina e Miguel Arruda, pela paciência e compreensão, por muitas vezes precisarem vir comigo para aula e dormir debruçados na cadeira, me esperando, a minha mãe pelas orações e incentivos, e a minha professora e orientadora Dr^a. Luciane Silva de Souza pelas contribuições durante meu processo educacional. O meu muito obrigado a todos.

RESUMO

Tendo em vista a importância da Sala de atendimento especializado para o estudante autista na Educação Básica. A presente pesquisa foi realizada como requisito necessário para finalização da licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A metodologia empregada baseia-se em uma revisão bibliográfica, que engloba estudos científicos, livros e documentos oficiais sobre a temática, a mesma é feita pensando as práticas pedagógicas que contribuam para a aprendizagem desses alunos. Teve por objetivo geral: Fazer um levantamento de dissertações, artigos científicos, livros dentre outros documentos oficiais que discutem o Autismo e como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) Sala de Atendimento especializado (SAE) contribui para o desenvolvimento da criança Autista na educação básica. Teve-se como questionamento: Como a sala de atendimento especializado contribui para o desenvolvimento do estudante Autista na Educação Básica? O estudo se justifica pela necessidade de ampliar a compreensão sobre as práticas pedagógicas voltadas ao atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e identificar as possíveis contribuições que uma sala de atendimento especializado (SAE) pode oferecer para o desenvolvimento integral desses estudantes. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam auxiliar na compreensão dos benefícios que um ambiente escolar adaptado pode trazer para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e emocionais das crianças com TEA. O estudo também objetiva contribuir para a formação docente, fornecendo subsídios teóricos e práticos para a inclusão efetiva desses alunos no âmbito escolar. Os principais pontos discutidos neste trabalho são: os desafios da inclusão escolar; a importância do ambiente adaptado para o desenvolvimento das crianças com TEA; e as estratégias pedagógicas que podem ser utilizadas em uma sala de atendimento especializado.

Palavras-chave: Autismo. Atendimento Educacional Especializado. Sala de Atendimento Especializado. Inclusão.

ABSTRACT

In view of the importance of the Specialized Service Room for autistic students in Basic Education. The present research was carried out as a necessary requirement for the completion of the degree in Pedagogy at the Federal University of Tocantins (UFT). The methodology used consists of a bibliographic review, which encompasses scientific studies, books and official documents on the subject, it is done thinking about the pedagogical practices that contribute to the learning of these students. Its general objective was: To make a survey of dissertations, scientific articles, books among other official documents that discuss Autism and how the Specialized Educational Service (AEE) Specialized Service Room (SAE) contributes to the development of the Autistic child in basic education. The following question was asked: How does the specialized care room contribute to the development of the Autistic student in Basic Education? The study is justified by the need to broaden the understanding of pedagogical practices aimed at serving students with Autism Spectrum Disorder (ASD) and to identify the possible contributions that a specialized care room (SAE) can offer to the integral development of these students. It is hoped that the results of this research can help in understanding the benefits that an adapted school environment can bring to the development of cognitive, social and emotional skills of children with ASD. The study also aims to contribute to teacher training, providing theoretical and practical subsidies for the effective inclusion of these students in the school environment. The main points discussed in this work are: the challenges of school inclusion; the importance of the adapted environment for the development of children with ASD; and the pedagogical strategies that can be used in a specialized service room.

Keywords: Autism. Specialized Educational Service. Specialized Service Room. Inclusion.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Apresenta as atribuições do professor do AEE | 26 |
| Quadro 2: Termos de buscas | 33 |
| Quadro 3 Teses e Dissertações CAPES – BDTD (2019-2023)..... | 34 |
| Quadro 4: Conceito de AEE | 40 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Integração e inclusão do sujeito com deficiência nos espaços | 22 |
| Figura 2: Público- alvo do AEE | 28 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------|--|
| LDB | Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| BNCC | Enquanto que a Base Nacional Comum Curricular |
| TEA | Transtorno Espectro Autista |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| TCC | Trabalho conclusão de Curso |
| UFT | Universidade Federal do Tocantins |
| NEE | Necessidade Educacional Especial |
| SAE | Serviço Apoio ao Estudante |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| SBIE | Segundo a Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 | Justificativa | 13 |
| 1.2 | Objetivos | 14 |
| 1.2.1 | Objetivo Geral..... | 14 |
| 1.2.2 | Objetivos Específicos..... | 14 |
| 1.3 | Caminhos metodológicos | 15 |
| 2 | CONCEITO E CARACTERÍSTICAS: COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)..... | 16 |
| 2.1 | O Transtorno do Espectro do Autismo e o marco legal de apoio à inclusão..... | 17 |
| 2.2 | Integração e Inclusão: Situações de inserção diferentes | 21 |
| 3 | ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) | 24 |
| 3.1 | Atendimento educacional especializado para aluno com TEA | 25 |
| 3.2 | Estratégias de aprendizagem para criança com TEA..... | 29 |
| 3.3 | A importância da participação da família na escola para desenvolvimento de ensino e aprendizagem do estudante com TEA | 31 |
| 3.4 | Pesquisas Referentes ao Tema | 33 |
| 3.5 | O TEA: Análise das dissertações e teses do BDTD (2019-2023)..... | 33 |
| 3.6 | Atendimento Educacional Especializado: Conceitos..... | 40 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 42 |
| | REFERÊNCIAS | 45 |

1 INTRODUÇÃO

Este é um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Campus de Miracema do Tocantins, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que apresenta os resultados de um estudo bibliográfico acerca do desenvolvimento das crianças com Transtorno Espectro Autista (TEA), que são atendidas na sala multifuncional, no Atendimento Educacional Especializado (AEE), na educação básica das escolas públicas estaduais. Apresenta como tema, o Atendimento Educacional Especializado e o desenvolvimento do estudante com Transtorno Espectro Autista na educação básica.

Levando em consideração que currículo de Pedagogia contempla a disciplina de Educação Especial, o interesse pelo tema partiu das aulas desta disciplina, que na ocasião foram ministradas pela professora Dra. Juliana Chioca Ipólito no decorrer do curso de Pedagogia. Aulas estas, que me instigaram a entender melhor acerca da temática em questão, ao passo que me identifiquei por compreender que os avanços do mundo globalizado têm feito a sociedade contemporânea caminhar numa direção que muito tem favorecido o processo educacional.

E os profissionais da educação é o responsável na formação dos seus estudantes, na construção do seu próprio conhecimento, porém a formação continuada é essencial para que a inclusão e a aprendizagem do estudante com Transtorno do Espectro Autista – TEA dentro da escola, bem como fora dela aconteça.

De acordo com o artigo 205, da Constituição Federal Brasil (1988), **“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”** (grifos nossos). Em outras palavras, a educação é fundamental para a formação humana e para a construção de uma sociedade mais justa e equânime.

Conforme o parágrafo artigo 1º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996, Brasil (1996) “estabelece as diretrizes e bases da Educação no Brasil” (BRASIL, 1996, p.1).

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino

e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p.1).

A Lei Federal 12.764, de 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012, p. 01).

De acordo com a Lei Federal 12.764, as pessoas no espectro são consideradas pessoas com deficiência para todos os efeitos legais, assegurando-lhes os mesmos direitos.

Os autistas têm direito a todas as políticas de inclusão do país, entre elas a da educação. Assim, o ingresso de uma criança diagnosticada com TEA na escola regular é um direito garantido por lei. Desse modo, fica claro que as escolas necessitam se organizar no sentido de ofertar o AEE por meio das Salas Multifuncionais aos estudantes com TEA. Esta mesma lei determina que o autista tem direito de estudar em escolas regulares, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Profissionalizante e, se necessário, pode solicitar um acompanhante especializado.

Inserir uma criança com TEA em uma sala de aula do ensino regular requer uma série de elementos, para favorecer o bem-estar e a adaptação dessa criança, pois ela necessita de cuidados específicos. Os resultados dos estudos de Kenski (2009) dão conta de que é difícil o aprendizado das crianças com TEA em salas de aula do ensino regular, ainda nesta mesma linha, a falta de formações para que qualifique cada vez mais profissionais, para realização de um trabalho eficiente para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem dessas crianças. Desse modo, este estudo tem como questão norteadora: Quais as contribuições da sala de Atendimento Educacional Especializado no desenvolvimento e na aprendizagem da criança com Transtorno Espectro Autista, que se encontra inclusa na educação básica?

Para melhor compreensão, os resultados do presente estudo encontram-se organizados em seções, a primeira delas é a introdução, composta pela justificativa, objetivos e a metodologia.

A segunda seção intitulada de Conceito e suas características: compreendendo o Transtorno do Espectro de Autismo (TEA), inclusão, o autismo e as leis de apoio à inclusão, atendimento educacional especializado (AEE), para alunos com TEA.

1.1 Justificativa

Ao buscar entender a temática que trata do desenvolvimento e da aprendizagem do estudante com transtorno do espectro autista, é necessário buscar elementos para melhoria da educação especial. Um dos meios que pode contribuir de maneira positiva é a inclusão com equidade destes estudantes na Sala de Atendimento Educacional Especializado – o AEE oferece suporte na sala de aula regular, adaptando estratégias e práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos estudantes com TEA. Uma vez que este ambiente busca o desenvolvimento de habilidades.

Com esta pesquisa, espera-se apontar possíveis fragilidades existentes no que se refere ao processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças com TEA, além de contribuir com futuros pesquisadores da área, com professores e familiares de crianças com TEA; bem como permitirá visualizar o que há de teses e dissertações disponíveis, nos últimos anos, que tratam do assunto e estão disponibilizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. Para tanto, justifica-se escolha da temática, por entender que com este estudo é possível chegar a um resultado que possa auxiliar a tomada de decisão dos profissionais da educação na adoção do melhor mecanismo/estratégia, para melhor atender estudantes com TEA nas Salas de Recursos Multifuncionais e, assim incluir, com equidade o estudante com TEA na sala de aula regular, contribuindo com a sua formação tanto acadêmica, quanto pessoal e, sobretudo com a formação social.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as contribuições do Atendimento Educacional Especializado para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com TEA na educação básica a partir de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as práticas pedagógicas que favorecem o desenvolvimento dos estudantes com TEA por meio do atendimento educacional especializado - **AEE**;
- Realizar leituras de teóricos que tratam do TEA, do desenvolvimento e da importância da sala de atendimento educacional especializado na educação básica;
- Compreender as definições e conceitos do autismo, o autismo no contexto escolar, a inclusão do autista e aprendizagens significativas, participação da família e escola auxiliando no ensino aprendizagem da criança autista.

Ao desenvolver estes objetivos almeja-se compreender como acontece o desenvolvimento de ensino e aprendizagem dos estudantes com TEA no ambiente escolar, pontuando elementos e estratégias que possam ajudar tanto a família, quanto o professor e os estudantes, a enfrentar os desafios que surgem em sua formação educacional e social.

Além disso, é importante lembrar que os estudantes também têm direito ao professor auxiliar na sala de aula regular, que tem função diferente daquela do professor do AEE. É importante acrescentar que se faz necessário que o professor auxiliar desenvolva suas atividades pedagógicas de maneira a potencializar as habilidades dos estudantes autistas e, sobretudo de forma articulada com o professor regente da turma e o professor de AEE.

1.3 Caminhos metodológicos

Este estudo teve como abordagem a qualitativa, em que a realização da pesquisa utiliza-se a análise bibliográfica e documental a pesquisa de delineamento bibliográfico, para Lakatos e Marconi (2001, p. 183).

Abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 183).

Dessa forma, para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, realizou-se uma busca na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por meio do link <https://bdtd.ibict.br/vufind/>, no período de 10 de novembro de 2023 a janeiro de 2024. Desta forma, novas publicações disponibilizadas nas bases de dados pesquisadas após esse período foram desconsideradas. Além do banco de Teses e Dissertações, pesquisamos livros e artigos para subsidiar a resposta ao problema de investigação.

Para o embasamento teórico deste estudo partiu de fontes bibliográficas indicadas pela orientadora e outras buscadas pela orientanda, com foco na temática do atendimento Educacional especializado (AEE) e o desenvolvimento e aprendizagem do estudante com TEA.

Os recursos utilizados na construção da pesquisa foram a biblioteca do Campus de Miracema do Tocantins, da Universidade Federal do Tocantins, além de recursos técnicos como notebook e outros.

A revisão teórica foi produzida com base na literatura que aborda o tema proposto para que haja uma reflexão acerca da importância da contribuição do AEE para o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, com TEA, já que tal atendimento é primordial e fundamental para potencializar as habilidades do estudante com transtorno do espectro autista.

Após a seleção do material, realizou-se a leitura e posteriormente iniciou-se o momento de escrita da monografia e a análise dos dados das dissertações e teses analisadas.

O quadro abaixo apresenta o Autor (a) /ano, título de obras e documentos oficiais utilizados para fundamentar a discussão sobre a temática.

2 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS: COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Para iniciar-se esta discussão, faz-se necessário apresentar a definição de TEA. Para Oliveira e Sertié (2017), TEA é uma limitação neurológica, que causa defasagens no processo de comunicação e socialização. Ocorre precocemente e seus sintomas variam de acordo com o nível de intensidade, traduzido por comportamentos considerados atípicos. Para a American Psychiatric Association (2015), o TEA é um transtorno neurocomportamental que apresenta déficits na interação social, na comunicação e comportamentos repetitivos.

Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico de transtornos mentais da Sociedade Norte Americana de Psiquiatria DSM-V, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como um transtorno do neuro desenvolvimento, caracterizado por sinais e sintomas que devem estar presentes desde a infância. O indivíduo apresenta déficits em duas dimensões principais: prejuízo sócio comunicativo (tanto verbal quanto não verbal) e comportamental (bater os braços, se agitar, reproduzir sons, girar sobre si próprio, e reflete em padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades (APA, 2014). Observa-se, ainda, desde manifestações de dificuldades discretas até casos mais complexos, que impactam na autonomia e na independência da pessoa de diferentes formas e intensidades, exigindo suportes diferenciados e, na maioria das vezes, individualizado e específico.

Conforme Cabral e Marin (2017 p. 04), “as manifestações do transtorno variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica”. As características do sujeito com TEA não pode ser motivo de desistência nos aspectos pessoal, educacional e profissional, é um desafio, e os primeiros passos a serem tomados é conhecer, acompanhar e buscar cada vez mais por melhores condições para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

É importante compreender o conceito de TEA para a Educação, pois isso permite criar estratégias de ensino eficazes e inclusivas para os estudantes com transtorno espectro autistas. A inclusão de estudantes com TEA nas escolas regulares é um desafio, mas é necessário para promover a igualdade de acesso, porém pensando nas especificidades; além de oferecer oportunidades de desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem para todos os estudantes, proporcionando um

ambiente de aprendizado adequado, com estratégias pedagógicas adaptadas juntamente com a equipe de profissionais especializados.

2.1 O Transtorno do Espectro do Autismo e o marco legal de apoio à inclusão

Tendo a compreensão sobre o Transtorno do Espectro do Autismo, faz-se necessário conhecer Leis que permitem que os sujeitos que têm esse transtorno sejam acolhidos pela sociedade. Apesar da existência de tratados e declarações – como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e da Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 1975), somente em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa ser fundamentado pela Lei nº 4.024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

A LDBEN, de 1961 (BRASIL, 1961), se refere às pessoas com deficiência como “excepcionais”, e dispõe que a educação, no que for possível deverá enquadrar os “excepcionais” no sistema geral de ensino, integrando-os à comunidade educacional. Somente em 1996, a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), reorganiza a concepção do ensino voltada à pessoa com Necessidade Educacional Especial e estabelece um sistema de ensino equivalente a uma educação inclusiva.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminal idade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou super dotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento (BRASIL, 1996, p.59).

No capítulo V, que trata da sessão da educação especial, o art. 59 determina que os sistemas de ensino assegurem aos educandos com Necessidades Educacionais Especiais:

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências [...], professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins [...] acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, p. 59).

Esse artigo trata da educação especial e estabelece diretrizes para garantir o atendimento para estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Diante dessas perspectivas, é visível o quanto a inclusão é crucial para o processo de reconhecimento de qualquer Necessidade Educacional Especial (NEE). Mesmo a lei orientando as possibilidades de inclusão, é preciso sair do abstrato papel e levar o que se encontra na realidade condizente com a pessoa com NEE, tendo em vista o direcionamento de práticas inclusivas e efetivas no âmbito educacional e profissional.

A lei 12.764/2012 (BRASIL, 2012) institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e discorre, entre outros aspectos, equiparando o TEA á deficiente para que tenham os mesmos acessos e garantias legais de outras legislações anteriores.

Nakayama (2019) discorrendo a respeito da Educação Inclusiva, afirma que:

A presença das crianças nas escolas é, sem dúvida, o primeiro passo da sua inclusão, mas elas necessitam de oportunidades de participação em todas as atividades que lhe proporcione acesso ao aprendizado, caso contrário continuará desligadas do processo educacional. (NAKAYAMA, 2019, p. 57).

Diante da afirmação de Nakayama (2019) acerca da inclusão das crianças com TEA na Educação Infantil, não basta que as crianças estejam inseridas no contexto escolar, mas que sejam capazes de desenvolver suas potencialidades, habilidades e adquirir reais conhecimentos. Ou seja, é necessário compreender que o simples fato de um aluno com TEA está dentro de uma sala de aula de ensino regular, não significa que ele esteja efetivamente incluído nela, pois a inclusão é muito mais que estar matriculado.

Os sujeitos com TEA têm direito à educação e esses direitos encontram-se assegurados em um conjunto de Leis, Decretos e normas, a exemplo: Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001); na Lei nº 13.146/15, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) e na Lei 12.764/12 que dispõe sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa Com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012) por sinal, considerada uma das mais importantes para o Brasil no que se refere à inclusão da pessoa com TEA.

Com base nesse marco normativo, pode-se afirmar que os estudantes com TEA têm o direito à educação inclusiva, o que significa que podem frequentar escolas regulares. Isso envolve a adaptação de metodologias de ensino, a presença de profissionais especializados e a garantia de um ambiente livre de discriminação. Para tanto, entende-se que as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação precisam oferecer formações aos profissionais e adaptações nas estruturas da sala de atendimento educacional especializado -AEE nas escolas, para que os estudantes com TEA tenha seus direitos assegurados e assim ter suas habilidades potencializadas e possam se desenvolver suas habilidades.

Cruz e Brito (2022, p. 64) afirmam que,

A educação de modo geral deve ser um meio para que a inclusão de pessoas com deficiência se concretize e a partir dela, ações e atitudes expandem à toda sociedade com o objetivo de tornar as diferenças respeitadas, incluídas e valorizadas. As pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) fazem parte dessa sociedade e precisam olhares humanizados e dispostos à incluí-los efetivamente. (CRUZ; BRITO, 2022, p. 64)

Dessa forma, pensar em como efetivar a inclusão é dispor de um olhar individual sobre cada estudante com TEA e a partir dessa sensibilidade buscar ações didáticas metodológicas para melhor atendê-la.

(Nos dias atuais, há uma luta constante para que sejam fortalecidas essas práticas inclusivas e as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica) (BRASIL, 2001) relembram algumas visões estabelecidas pela sociedade nos séculos passados, nos quais as pessoas com alguma deficiência eram vistas como incapazes, inferiores, sendo excluídas de seus direitos sociais, passando assim, a serem vistas como pessoas que necessitavam de um apoio social.

Segundo Braga Junior e Xavier (2013, p. 36),

[...] o AEE visa transpor barreiras, proporcionando o desenvolvimento daquilo que impõe limitações, saindo do “não saber” para o “saber”, do “incapaz” para o “capaz”, tornando possível a inclusão de fato e de direito de todos, mediante mudanças metodológicas e organizacionais no sistema educacional. (BRAGA JUNIOR; XAVIER, 2013, p. 36).

Com isso, as Diretrizes ressaltam que “[...] ainda hoje, constata-se a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social, principalmente do portador de deficiências múltiplas e graves, que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas de aprendizagem” (BRASIL, 2001, p.19). Mesmo assim, são notáveis e significativas às mudanças nas últimas décadas, apesar da resistência e a educação inclusiva e a educação especial vêm se consolidando.

Com a intenção de propiciar a inclusão escolar, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, por meio da Portaria nº 555/2007 (BRASIL, 2007), prorrogada pela Portaria nº. 948/2007 (BRASIL, 2007), “tem como objetivo: “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação[...]” (BRASIL, 2008, p.15). Aqui identifica-se a preocupação da inclusão da pessoa TEA, considerando que os Transtornos Globais do Desenvolvimento abrangem vários transtornos dentre eles, o TEA.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) orienta os sistemas de ensino para garantir a inclusão escolar dos alunos com alguma Necessidade Educacional Especial.

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta

do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 15).

Nessa perspectiva, percebe-se que o acesso e a permanência da pessoa com TEA no ensino regular é crucial para o processo de inclusão, assim como a aprendizagem e a participação ativa desse sujeito. O direito à educação, fundamental a todos os sujeitos, enquanto cidadãos.

Com o advento da Lei nº 12.764, sancionada no dia 27 de dezembro de 2012, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista passa a ter assegurado vários direitos. O Art. 3º desta Lei assegura que são direitos da pessoa com TEA os que seguem descritos:

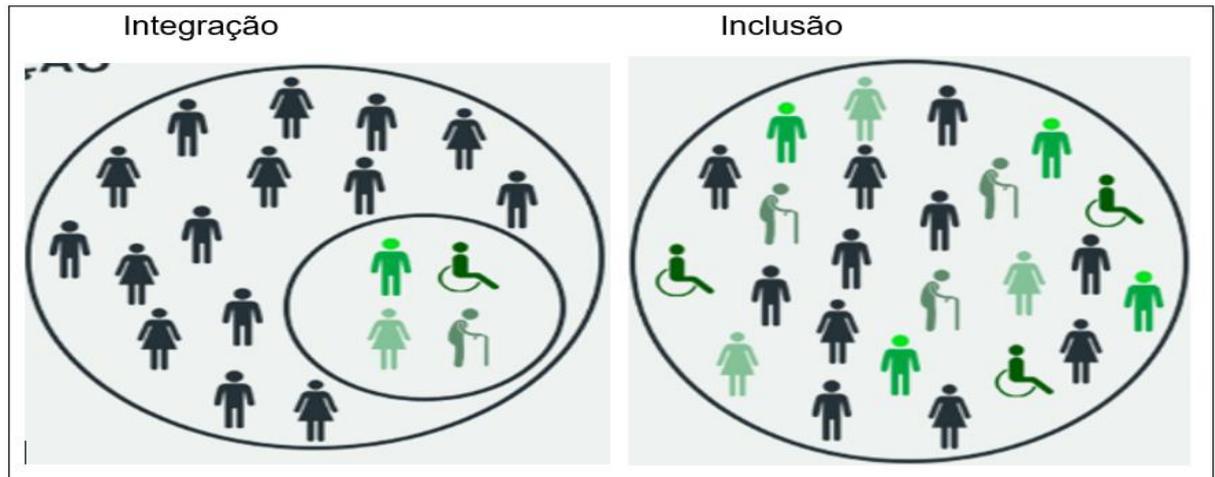
- I –a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
- IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, 12.764/12).

Essa lei visa garantir os direitos e a inclusão da pessoa com TEA, protegendo-a contra discriminação, tratamentos desumanos e privação de liberdade, reconhecendo que qualquer pessoa, com transtornos ou não, precisa ser vista como um ser capaz, com direitos a saúde, educação, e principalmente, a sua integridade, seja ela física ou moral.

2.2 Integração e Inclusão: Situações de inserção diferentes

Para o Portal do Desenvolver (2024), a integração, pelo viés sociológico, representa a introdução de indivíduos ou grupos em contextos sociais maiores, com padrões e normas mais gerais. Socialmente, a inclusão significa um ato de equidade entre diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade, ou seja, tratamento e oportunidades iguais a todos e, mais ainda, com equidade. A figura 1 ilustra a integração e inclusão do sujeito com deficiência nos espaços por ele ocupados.

Figura 1: Integração e inclusão do sujeito com deficiência nos espaços.



Fonte: Portal Desenvolver (2024). Disponível em: <https://desenvolver-rs.com.br/2020/12/28/integracao-x-inclusao-entenda-os-conceitos/>

Compreendendo a importância desse tópico, a inclusão do estudante com transtorno do espectro autista (TEA) na escola regular é fundamental para promover seu desenvolvimento social, emocional e acadêmico. A verdadeira inclusão de uma criança com TEA não deve ser confundida com integração. Enquanto na inclusão é um ato de equidade entre diferentes indivíduos ou grupos aceitando as diferenças de cada pessoa, e na integração equivale a inserção na sociedade de pessoas que não conseguem se adaptar. Dessa forma, a inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais.

Segundo Glat (1991), a integração “é um processo espontâneo e subjetivo, que envolve direta e pessoalmente o relacionamento entre seres humanos”. Na opinião de Rodrigues (2006), “a integração pressupõe uma ‘participação tutelada’, uma estrutura com valores próprios aos quais o aluno ‘integrado’ se tem que adaptar”.

Glat (1991) acrescenta ainda que esse tratamento é muito usado para se referir a alunos agrupados em escolas especiais para deficientes ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer, residências para deficientes. No meio da década de 60, o sentido da palavra integração sofreu influência por meios de movimentos, que caracterizaram o significado de integração, termo com princípio de normalização, que atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas e todas as etapas da vida das pessoas.

Mazzotta (1998) entende inclusão e integração como processos essenciais à vida humana ou à vida em sociedade. Para o autor, a inclusão escolar tem sido concebida como um processo peculiar, configurando-se como uma novidade.

A inclusão escolar é de fato, um tema em constante evolução, ao que se refere na garantia de acesso à educação de qualidade e ao ambiente escolar regular a todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou características.

3 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

A política educacional brasileira prevê que haja, nas escolas regulares ou instituições especializadas, uma sala de atendimento educacional especializado (AEE), que seja um suporte para que a Educação Especial ocorra em nosso país. Cabe ressaltar que o AEE não é uma ideia nova, já que a sala de recursos foi criada na Educação Especial brasileira na década de 1970, com o intuito de integrar os estudantes com deficiência no ensino regular.

De acordo com Sartoretto e Sartoretto (2010, p.2), o AEE é:

Uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar e tem como objetivos, entre outros, identificar as necessidades e possibilidades do aluno com deficiência, elaborar planos de atendimento, visando ao acesso e à participação no processo de escolarização em escolas comuns, atender o aluno com deficiências no turno oposto àquele em que ele frequenta a sala comum, produzir e/ou indicar materiais e recursos didáticos que garantam a acessibilidade do aluno com deficiência aos conteúdos curriculares, acompanhar o uso desses recursos em sala de aula, verificando sua funcionalidade, sua aplicabilidade e a necessidade de eventuais ajustes, e orientar as famílias e professores quanto aos recursos utilizados pelo aluno. (SARTORETTO; SARTORETTO, 2010, p.2).

Nesse sentido, as salas de recursos multifuncionais foram criadas pela necessidade de apoio ao estudante que possuía alguma deficiência ou necessidade educacional especial e que participavam do processo de inclusão escolar. Este atendimento, a princípio era destinado somente aos estudantes que frequentavam as séries iniciais do ensino fundamental; e, atualmente, foi estendido para todos os anos do ensino fundamental.

A Sala de Recursos é um ambiente escolar equipado para o atendimento complementar e suplementar – AEE, que é organizado com materiais didáticos e pedagógicos, equipamentos e mobiliários, visando realizar atividades complementares às classes de aula comuns.

Seguindo esta lógica, se faz necessário o esclarecimento do que é uma sala de AEE. Segundo o *site* Instituto Paradigma (2013)

As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado que tem como objetivos: Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (INSTITUTO PARADIGMA, 2013).

Em 2001, foi criada a Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, essa norma apresenta o perfil do aluno com necessidades especiais, além de conceituar a Sala de Recursos. De acordo com o documento, a Sala de Recursos é:

[...] serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamento e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum (BRASIL, 2001, p.50).

Vale ressaltar que a sala AEE não deve ser confundida com reforço escolar dos conteúdos da classe regular, e sim ser um espaço desafiador, onde o estudante encontra condições necessárias para desenvolver duas habilidades.

3.1 Atendimento educacional especializado para aluno com TEA

Atualmente, na nossa realidade educacional, a inclusão é um sistema ético preconizado na Política Nacional da Educação Especial, com a perspectiva de gerar uma Educação Inclusiva (BRASIL, 2005), ou seja, a educação inclusiva se baseia e se fundamenta nos direitos humanos, na educação equânime, e na diferença. De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2018), o Serviço Apoio ao Estudante (SAE) respeita as singularidades dos alunos e busca oferecer condições para que eles possam aprender da melhor maneira possível. Com isso, entende-se que a presença de um SAE pode ser fundamental tanto na inclusão escolar, quanto no processo de desenvolvimento do ensino e aprendizado dos estudantes autistas. Neste contexto, os estudantes com TEA possuem o direito de ter acesso a uma escola pública, que esteja organizada e preparada para receber todos os alunos, independentemente de suas habilidades. Isso envolve adaptações físicas, materiais didáticos acessíveis e tecnologias assistivas.

No ambiente escolar, a sala de atendimento especializado (SAE) é um serviço que visa apoiar a aprendizagem de alunos com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação proporcionando um espaço individualizado

e personalizado, onde o aluno pode desenvolver habilidades e competências de acordo com suas particularidades (Mendes; Almeida; e Toyoda, 2017). Para tanto, o atendimento educacional especializado (AEE) não substitui o ensino regular, mas o completa, adaptando-se às necessidades específicas de cada. Ajudando-os envolverem na utilização de estratégias pedagógicas diferenciadas, recursos tecnológicos, materiais adaptados e outras práticas educacionais que visam superar as barreiras que esses estudantes enfrentam no ambiente escolar.

A literatura sobre o tema apresenta várias abordagens metodológicas que podem ser utilizadas em sala de atendimento especializado. Segundo Rogers e Dawson (2014), estratégias como programas de intervenção precoce, terapias comportamentais aplicadas (ABA), terapia ocupacional entre outras são úteis para o desenvolvimento desses estudantes.

Nessa perspectiva, de acordo com as diretrizes operacionais da educação especial para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica (Brasil 2009), para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada. O quadro abaixo apresenta as atribuições do professor do AEE.

Quadro 1: Apresenta as atribuições do professor do AEE.

| Atribuições do professor do AEE |
|--|
| Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial. |
| Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. |
| Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional. |
| Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola. |
| Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade. |
| Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno. |

Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.

Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

Fonte: Elaborada pela autora (2024), com base em Brasil (2009, p.4).

As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica foi implementada pelo Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. Desse modo, uma abordagem pedagógica adequada e uma estrutura adaptada são cruciais para o crescimento e aprendizado dessas crianças. Sendo assim, é possível observar que o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, é de suma importância como também é garantido por lei (BRASIL, 2012; BRASIL, 2015). Ou seja, os professores que trabalham no AEE também exercem o papel de agentes formadores deste conhecimento, pois a orientação realizada junto aos pais, familiares e outros profissionais são necessárias tanto para o acompanhamento, quanto para a continuidade do desenvolvimento das habilidades e potencialidades dos estudantes com TEA.

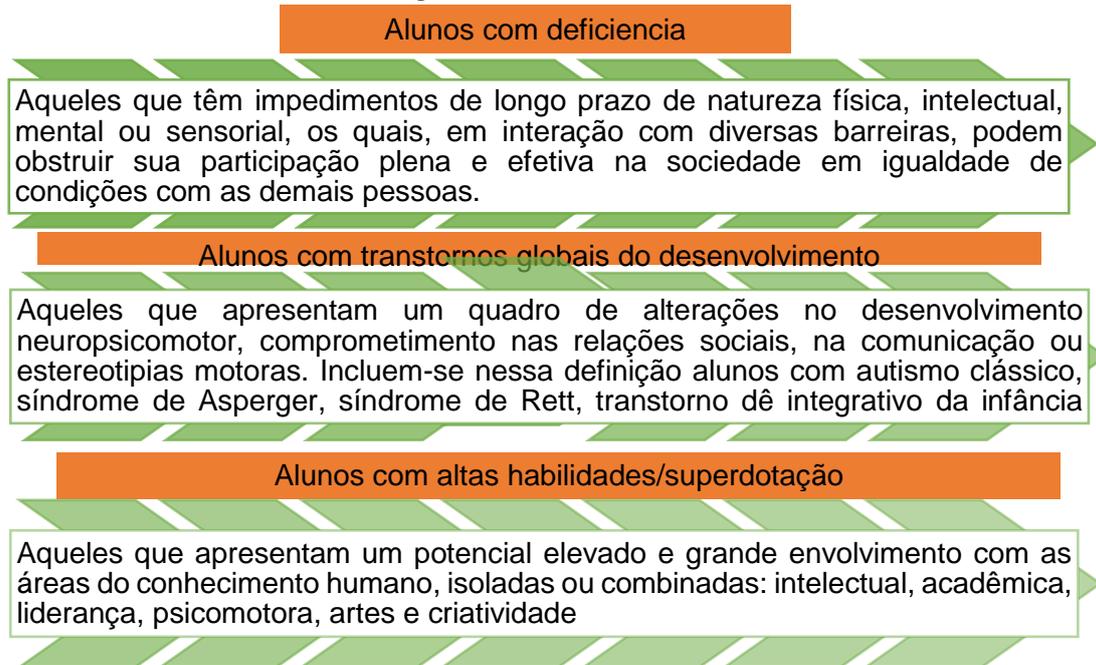
Contudo, é importante que o professor e os demais profissionais da educação entendam todos os aspectos que abrangem a complexidade do TEA, a fim de atuarem adequadamente, visando colocar em prática um novo modelo de educação, pautados pela flexibilidade e contextualização dos problemas.

Desse modo, conforme as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica (BRASIL, 2009), o AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso ao da escolarização (sala de aula regular), podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional

Especializado público ou privado, sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação.

Sendo assim, o público-alvo do AEE, apresentado pelas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o AEE na Educação Básica (BRASIL, 2009), é formado conforme exposto na figura 2.

Figura 2: Público-alvo do AEE



Fonte: Elaborada pela autora (2024), com base em Brasil (2009).

De acordo com Silva e Almeida (2020, p. 67), no AEE para alunos com TEA, é necessário abordar alguns fatores e estudos para identificar as dificuldades do estudante autista, dentre estes podem ser: “comunicação, comportamento inadequado, a aprendizagem, a afetividade e socialização”, que são comportamentos decorrentes deste transtorno.

Diante das contribuições acima, o processo inclusivo dos estudantes com TEA requer dos professores um olhar atento ao contexto educacional onde atua, para que sua ação mediadora possa ser “multifuncional”, para que contribua com o estudante na melhoria de sua concentração, atenção, memória, linguagem, independência e autonomia ou no diálogo reflexivo e contínuo com demais educadores e outros profissionais.

Nesse contexto, a sala de atendimento educacional especializado é importante para o desenvolvimento educacional do estudante com TEA, pois permite um trabalho mais focado nas habilidades que precisam ser melhoradas.

Para Cândido (2015, p. 26), é necessário conhecer o contexto escolar e se a escola “oportuniza a estes indivíduos o desenvolvimento de habilidades comunicativas e o acesso a ambientes físicos que contenham recursos tecnológicos interessantes e úteis”, através de estratégias pedagógicas que possibilite atender a demanda dos alunos com TEA.

Silva e Almeida (2020, p. 63) constataram por meio de pesquisa clara e objetiva, relacionada ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com TEA, e destaca que “a educação de uma criança autista é uma experiência que exige do educador uma organização pedagógica direcionada ao desenvolvimento de suas habilidades e competências”. É de suma importância que no processo de inclusão, o professor reconheça as dificuldades do aluno no processo educativo “e buscar a participação e o avanço de todos, trabalhando com novas práticas pedagógicas”.

Outro ponto importante para o desenvolvimento do estudante com TEA é a relação social. Nessa perspectiva, Orrú (2013, p. 1708), descreve que é importante destacar que,

As relações sociais promovem transformações no desenvolvimento. Logo, o educando com autismo, apoiado nas relações sociais com os demais colegas, poderá desenvolver diferentes possibilidades de aprendizagem. Portanto, o foco não deve estar nos sintomas do autismo, nas deficiências e falhas, como se faz de modo acentuado nos critérios diagnósticos, mas sim nas potencialidades que podem ser desenvolvidas por um sujeito que aprende. (ORRÚ, 2013, p. 1708).

A interação do estudante na sala no AEE deve estimular sua aprendizagem, incentivando leitura, a ida às aulas ajuda na autonomia e desenvolvimento em todos os aspectos do estudante, porquanto essa inclusão deve acontecer primeira no seio familiar.

3.2 Estratégias de aprendizagem para criança com TEA

A interação com crianças com TEA por meio da linguagem não verbal tem sido de suma importância para seu processo de aprendizagem, muitas vezes, através de gestos, a criança com TEA torna suas intenções conhecidas com movimentos de mão se corpo, para compensar suas inadequações em outras formas de comunicação como contato visual e gestos.

Segundo a Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional (SBIE), a linguagem não verbal compreende todo tipo de comunicação por meio de gestos, movimentos e posturas, contato visual, expressões faciais, figuras, símbolos e todo tipo de sinal sem palavras.

Nesse sentido, o AEE é importante para o desenvolvimento de crianças TEA, pois fornece um ensino com estratégia muito usada é a interação, por meio da dança, música e brincadeiras adaptadas às necessidades específicas dos estudantes.

O professor deve incentivar o estudante a agrupar as figuras segundo diversos critérios como, forma, cor, espessura, contar as figuras, fazer o emparelhamento de quantia com seu respectivo número, bem como fazer associação de figuras geométricas com imagens similares do cotidiano do aluno, dentre outras atividades que contribuem para o fortalecimento da apreensão da matemática pelo estudante com TEA.

É muito importante que os estudantes exercitem a lógica e evoluam no raciocínio, facilitando a vida dos mesmos nos futuros encontros com números e operações, dando a eles ideias das primeiras operações lógicas, como correspondência e classificação.

A aprendizagem com material concreto possibilita inúmeras possibilidades, ainda mais se tratando de estudantes que são mais visuais e que, na sua maioria, têm dificuldades de lidar com o abstrato. Nesse enfoque, Silva (2014, p.78 apud CUNHA, 2013) relata que:

Numerais, pareamentos, adições e subtrações são mais bem apreendidas se estiverem ligados à vida social e afetiva do aprendente com autismo. Tanto na Linguagem como na Matemática, ele aprende a generalizar, classificar, organizar e sequenciar. Dessa forma, ainda é possível trabalhar com blocos lógicos, caixa de cores, barras coloridas que indiquem unidades numéricas e encaixes geométricos, dentre outros materiais, para o desenvolvimento do pensamento lógico matemático. (SILVA, 2014, p.78 apud CUNHA, 2013).

Assim, percebe-se que há uma relação entre a passagem da atividade concreta para a abstrata, o que facilita muito a apreensão dos conteúdos matemáticos, e, sabendo da dificuldade encontrada pela criança com TEA em usar o abstrato, torna-se uma ferramenta indispensável ao seu desenvolvimento.

O uso do quebra-cabeça é uma ferramenta interessante para ser usado pelo professor, indo ao encontro dos interesses estudante com TEA, como por exemplo, ao fazer a imagem de um dinossauro, recortado para junção posterior, pode ser

trabalhado a escrita e leitura da imagem, que através da prática e da motivação do aluno, a habilidade de ler e escrever vai se formando no mesmo.

Deve-se estar atento ao tipo de material a ser confeccionado para o estudante com TEA como suporte de aprendizagem, pois não deve ser cheio de detalhes, preferindo imagens mais simples, com poucas cores sobre um fundo de única cor, pois o autista distrai-se com facilidade e perde o foco da atividade.

Segundo Nunes (2008, p.4):

As crianças com autismo, regra geral, apresentam dificuldades em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas se obtiverem um programa intenso de aulas haverá mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e aprendizagem é um trabalho árduo precisa muita dedicação e paciência da família e também dos professores. É vital que pessoas afetadas pelo autismo tenham acesso à informação confiável sobre os métodos educacionais que possam resolver suas necessidades individuais. (NUNES, 2008, p.4).

Diante disso, ficou claro a importância da formação continuada aos professores, de modo a manter os profissionais atualizados frente às inovações pedagógicas e desafios emergentes na área. do conhecimento dos professores sobre os diferentes recursos que podem ser usados em sala de aula, para que estudantes com TEA aproveitem melhor os conteúdos, e que tenham uma interação proveitosa e consigam apreender novos conhecimentos.

3.3 A importância da participação da família na escola para desenvolvimento de ensino e aprendizagem do estudante com TEA

É importante para que o estudante com TEA tenha uma assistência da família, para quando for inseri-la no âmbito escolar, relate no ato da matrícula o diagnóstico do filho, para que a escola e a equipe pedagógica fiquem cientes de tudo que lhe acomete.

De acordo com a Declaração de Salamanca, no que se refere ao papel da família no processo de inclusão, demanda que se:

(...) encorajem e facilitem a participação de pais, comunidade e organizações de pessoa portadora de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisões concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais (UNESCO 1994, p. 02).

Em muitos casos, as famílias não aceitam que o estudante possa ter TEA e relatam que o estudante é impulsivo e inquieto. É importante que os familiares

entendam que o estudante necessita ser assistido por uma equipe de especialistas, sendo papel exclusivo da família a procura do tratamento adequado para o mesmo.

É necessário, portanto, que a família, seja ela que composição tiver, cumpra os seus deveres e que a escola apresente sua proposta pedagógica como meta e ações bem definidas ao que se refere ao desenvolvimento da do estudante, para que ambos possam atingir seus objetivos na formação do mesmo.

Para tanto, é relevante que a família entenda que a educação é um projeto que não se desenvolve sozinho, é preciso o envolvimento de setores da sociedade civil, e dos familiares a fim de promover uma melhor gestão e direção das fases do ensino e assim alcançar êxito no processo educativo. Assim a família é convidada a estar presente dentro das instituições de ensino, pois se constitui uma representação fundamental dessa participação da sociedade civil.

Desse modo, infere-se que tanto a família quanto a escola são responsáveis pelos os estudantes com TEA, e cada uma tem sua função: enquanto a escola favorece a aprendizagem dos conhecimentos, a família faz com que o estudante se socialize. As funções não são as mesmas, mas de certa forma se inter-relacionam, pois, para haver o sucesso escolar é importante que exista a interação entre família e escola.

Segundo Mello (2013):

A despeito das diferenças entre os indivíduos que recebem o diagnóstico de autismo, uma característica é comum à imensa maioria de seus familiares: desespero e esperança por uma cura milagrosa. Essa é uma combinação mágica para a vulnerabilidade. Os pais da criança que recebe o diagnóstico de autismo tornam-se altamente vulnerável a promessas de curas milagrosas e tratamento sem sustentação em evidencia. (MELO, 2013, p. 82).

Dessa forma, a contribuição da escola é de suma importância para a aprendizagem do estudante com TEA, para isso, é essencial que o ambiente escolar seja o caminho para melhorias das práticas e métodos que facilitem o ensino aprendizagem do estudante com esse tipo de transtorno.

A escola fazendo o seu papel facilitará de forma significativa o trabalho do professor junto ao estudante com TEA, sendo que o AEE traz benefícios para o seu aprendizado, por esse motivo, mais do que a aprendizagem em si, é indispensável oferecer um ensino de qualidade.

3.4 Pesquisas Referentes ao Tema

Nesta seção descrevem-se os estudos referentes ao tema desta monografia partir de uma revisão descritiva da literatura. Realizou-se uma busca no Banco de dados de Teses e Dissertações – BDTD no período de 2019 a 2023 utilizando-se as palavras chaves: autismo; inclusão; sala de atendimento educacional especializado (quadro 02):

Quadro 2: Termos de buscas

| Termos de Busca | Quantidade de Teses e /ou Dissertações |
|--|---|
| Atendimento Educacional Especializado - AEE | 7 |
| Autismo | 26 |
| Formação de professores | 2 |
| Inclusão | 8 |

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Excluindo-se os estudos dos anos anteriores a 2019 e posterior a 2023 restaram 9 dissertações para análise. As sínteses são apresentadas pelos anos de publicação na plataforma apresentados no Quadro 03:

3.5 O TEA: Análise das dissertações e teses do BDTD (2019-2023)

Nessa seção, são apresentados dados das pesquisas realizadas, para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, realizou-se uma busca na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por meio do link < <https://bdtd.ibict.br/vufind/>>, no campo Dissertações, no período de 10 de novembro de 2023 a janeiro de 2024, os termos das palavras chaves da pesquisa foram, autismo, atendimento educacional especializado, inclusão e os resultados da busca foram selecionados 36 dissertações, mas somente nove foram escolhidas por ter mais haver com o tema do trabalho. Desta forma, novas publicações disponibilizadas nas bases de dados pesquisadas após esse período foram desconsideradas. Assim,

analisando cada dissertação foi possível extrair informações relevantes da revisão sistemática.

Quadro 3 Teses e Dissertações CAPES – BDTD (2019-2023)

| Autor(a) | Ano | Título | Repositório |
|--|------------|---|---|
| Natália Romano Weirich | 2021 | Trabalho colaborativo entre o professor de AEE e o professor de ciências na perspectiva de inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista | http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7589 |
| Juliane Rogonni Ferrari Bernarcki | 2021 | O papel inclusivo do atendimento educacional especializado para os estudantes com deficiência na sala de recursos no município de Rondonópolis - MT | http://ri.ufmt.br/handle/1/3646 |
| Fabiana Lozano Cardoso | 2022 | Formação de Professores da Sala de Atendimento Educacional Especializado e Transtorno do Espectro Autista: Interloquções Saúde e Ensino | https://repositorio.pgsskroton.com//handle/123456789/47259 |
| João Pedro Oliveira do Nascimento | 2022 | O uso de jogos durante o atendimento educacional especializado em estudantes com transtorno do espectro autista (TEA): contribuições à prática pedagógica no ensino da matemática | https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49365 |
| Kelly Maria Lopes | 2022 | Procedimentos de ensino utilizados por professores especialistas no atendimento educacional (paee). À alunos com | http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/ |

| | | | |
|---|------|---|--|
| Ribeiro Gomes | | transtorno do espectro autista em docência compartilhada | 2034 |
| Rosana Kelly Baldan | 2023 | “Vai dar tudo certo” Uma perspectiva interacional de encontros de Atendimento Educacional Especializado em formato on-line voltado para estudantes autistas | https://repositorio.unifesp.br/11600/67337 PÁGINA NÃO ENCONTRADA |
| Jaqueline Sousa Santos Pita | 2023 | Contação de histórias no atendimento educacional especializado: seguindo a estrada dos tijolos amarelos | https://saberaberto.uneb.br/handle/123456789/4674 |
| Jéssica Novôa | 2023 | Formação continuada para professores e tecnologias digitais: um olhar na ação pedagógica do atendimento educacional especializado com ênfase no autismo | https://hdl.handle.net/1884/82918 |
| Élida Cristina da Silva de Lima Santos | 2023 | A articulação entre o atendimento educacional especializado e a educação infantil na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: um estudo realizado em escolas públicas do município de Salvador. | https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37705 |

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as contribuições do Atendimento Educacional Especializado para o processo de ensino e aprendizado das crianças com TEA inseridas na educação básica da rede pública de ensino, identificando as práticas pedagógicas que favorecem o desenvolvimento das crianças com TEA por meio do atendimento especializado através das leituras de teóricos que tratam do TEA, do desenvolvimento e da importância da sala de atendimento

especializado na educação básica e compreender as definições e conceitos do autismo, o autismo no contexto escolar, a inclusão do autista e aprendizagens significativas, participação da família e escola auxiliando no ensino aprendizagem da criança autista.

Diante destas considerações reforça-se a presente pesquisa, uma vez que trata de investigar a importância da sala de AEE, do desenvolvimento do estudante autista e da inclusão do mesmo, a partir dessa linha foi selecionada dissertações que mais tem a ver com o tema da pesquisa em questão: Atendimento educacional especializado e o desenvolvimento do estudante com transtorno espectro autista na educação básica.

Cardoso (2022) desenvolveu sua pesquisa na abordagem qualitativa, considerando a interpretação dos fenômenos e seus significados como foco para a pesquisa, o método envolveu o levantamento bibliográfico, somado às entrevistas com pessoas que experienciaram o problema pesquisado.

É relevante observar que todos os estudos analisados adotam uma abordagem qualitativa, e enfatizam a importância de considerar os fatores sensoriais dos alunos que receberão atendimento especializado, na criação de ambientes que contribuam em sua aprendizagem, socialização, autonomia, conforto, segurança e bem-estar. (CARDOSO, 2022, p. 88)

A autora enfatiza a importância dos fatores sensoriais dos estudantes durante o período de atendimento na sala de AEE, pois esse ambiente contribui para o desenvolvimento do mesmo.

Analisando dessa forma, o atendimento educacional especializado (AEE) faz parte dessa rede sendo uma especificidade de ensino, evidente no cenário da educação inclusiva.

O atendimento educacional especializado é aquele ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de atendimento educacional especializado da rede pública ou de Instituições comunitárias ou filantrópicas e tem como função complementar ou suplementar a formação dos alunos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

Para Cardoso (2022) o AEE é considerado um ponto de apoio na escola de ensino regular, visando a identificação dos obstáculos dos alunos que apresentam um processo de aprendizagem atípica, respeitando a diversidade e com intuito de permear o acesso à educação a todos.

Nascimento (2022) em sua pós-graduação em Educação em ciências e Matemática desenvolveu sua pesquisa através do método de revisão de literatura, análise documental e; pesquisa de campo, O recorte se refere ao modo como ocorre o AEE por meio da utilização de jogos, a partir da análise do processo de ensino e aprendizagem da Matemática, nas SRM.

Para Nascimento (2022), os resultados obtidos, constatou que o uso dos jogos surge como fator determinante para uma aprendizagem significativa, nas aulas de Matemática, durante o AEE. Para o autor, é através do jogo que a criança consegue definir conceitos, criar situações que desenvolvem a sua atuação em situações reais, e, a partir desse processo dinâmico, os jogos exercem uma contribuição na evolução de desenvolvimentos sociais e educacionais.

Em ampla perspectiva, esta pesquisa busca contribuir com a produção de uma bibliografia pouco abordada nos bancos de dados acadêmicos oficiais, acerca do objeto delimitado, a fim de incentivar a produção de novas pesquisas nesta área, e, assim, romper as amarras que dificultam a prática da Educação Inclusiva de qualidade.

Pita (2023), para concluir a Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, fez a pesquisa os sentidos que os sujeitos conferem à Contação de Histórias no Atendimento Educacional Especializado – AEE que teve como objetivo compreender o tema através de investigação.

De acordo com a autora, a pesquisa evidenciou que contar histórias no AEE propicia um momento da rotina que, com objetivos e significados amplia a oportunidade de os sujeitos desenvolverem habilidades importantes em seu processo de constituição de indivíduo social, através de sua potência lúdica, e abrange inúmeros aspectos que potencializam o desenvolvimento dessas habilidades.

Nóvoa (2023) a tese no campo da educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na linha de pesquisa Cultura, Escola e Processos Formativos em Educação da Universidade Federal do Paraná. Para a autora, o caminho a ser percorrido nesta tese busca envolver a temática da formação continuada do docente na área com a qual mais me identifiquei no percurso da vida: o autismo.

A formação continuada de professores referentes às formas de ensinar o público da educação especial na área do autismo é evidente e necessária, de acordo com as transformações de tempo, espaços e contextos, inclusive

diante de toda a reformulação do ensino e aprendizagem e da legislação educacional com base no percurso histórico e social em que vivenciou-se com a pandemia. (NOVÔA, 2023 p. 26).

Para Novôa (2023), a importância da formação continuada centrada nas exigências atuais da educação especial na perspectiva inclusiva, formação essa que promova um processo de aquisição de conhecimento docente, mobilização social e das necessidades identificadas no fazer pedagógico e interação com a sociedade.

Gomes (2022), a presente pesquisa partiu de um movimento de investigação teórica em busca de compreender o conceito da proposta da docência compartilhada, analisar possíveis ensaios que podem ser utilizados na prática da sala de aula, para a autora o estudo teve como objetivo identificar os procedimentos de ensino que são utilizados pelos professores especialistas no apoio educacional especializado na perspectiva da docência compartilhada aos alunos TEA, os recursos de apoio e suporte utilizados nos procedimentos de ensino por professores especialistas e professores regulares.

Os documentos das políticas públicas norteadoras do atendimento educacional especializado ao aluno com autismo foram analisados e observa-se que há pontos frágeis para este atendimento, onde se designa um serviço e, no entanto, limita-o a uma população da qual o próprio sistema de ensino não compreende características e singularidades, admitindo que tal serviço deve ser prestado sem definir, de fato, a qualidade da prestação do serviço. (GOMES, 2022, p. 128)

Para Gomes (2022), fica evidenciado também, que diante das políticas públicas, há um trabalho dissociado do AEE e o ensino regular, que sustenta a dificuldade em construir uma prática baseada em um ensino compartilhado.

Santos (2023) sua tese teve como objetivo problematizar a articulação entre o AEE e a Educação Infantil e suas implicações para a inclusão educacional de crianças com TEA. A pesquisa qualitativa, tipo estudo de caso e para coleta de dados foram realizadas entrevistas com quinze profissionais de educação, sendo eles: coordenadores, gestores, professores de AEE e de educação infantil de quatro escolas municipais que possuíam crianças com TEA matriculadas na Educação Infantil e que contam com o suporte do atendimento educacional especializado.

Para Santos (2023), só será possível implementar uma educação realmente inclusiva e que de fato contribua para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças com TEA com a superação de espaços e atuações segregadas e individualizadas e o

investimento em estratégias que favoreçam a articulação entre os serviços e profissionais que atuam na inclusão das crianças com deficiência.

Bernacki (2021) este trabalho utiliza abordagem qualitativa e análise documental, sendo a entrevista instrumento de pesquisa, realizada em uma escola da rede municipal. A autora buscou observar se este serviço oferece o que se propõe a realizar, que é facilitar a inclusão das pessoas com deficiência na escola comum, em que podemos observar a assertiva de que este serviço contribui para a educação inclusiva, por meio dos depoimentos dos participantes da pesquisa.

Os participantes da pesquisa também apontaram que o AEE apresenta alguns aspectos que precisam ser aprimorados como: maiores investimentos em formação de todos os envolvidos no processo de escolarização das pessoas com deficiências e investimentos em meios tecnológicos (BERNACKI, 2021 p.145).

Para a autora, diante desta breve avaliação deste trabalho de dissertação é necessário reafirmar o papel inclusivo do AEE e apontar que ainda existem aspectos deste serviço a serem estudados e analisados para que possam beneficiar os estudantes com deficiência na educação inclusiva.

Para Weirich, essa dissertação não se trata apenas de uma escrita de um levantamento de dados bibliográficos, mas sim de sujeitos envolvidos em um ambiente educacional, responsável em mediar o conhecimento para alunos pertencentes a uma instituição escolar inclusiva, tratando-se desta forma da relação que os professores de ciências e de AEE, exercem sua prática numa perspectiva inclusiva e de equidade. A autora buscou-se observar a relação entre os professores “de Ciências e de AEE”, que em sua prática profissional estivessem exercendo em um ambiente incluso de sala de aula com um aluno com TEA (de 8º Ano), analisando dessa forma, o elo entre estes profissionais, bem como, a organização do trabalho de ambos.

Para a autora, ao analisar os resultados vindos por parte dos alunos, as estratégias e vias organizada pelas professoras, apresentaram ser gratificantes e importantes ao desenvolvimento e aprendizagem da turma de 8º Ano, tornando para a pesquisa as práticas destes profissionais de extrema valia e fundamentação ao que foi pesquisado nas teorias, desta forma, continua-se com a ideia e esperança de que é possível a inclusão, desde que, esta ocorra com empatia e equidade.

3.6 Atendimento Educacional Especializado: Conceitos

Nesta seção descreve-se os estudos referentes ao conceito do TEA e a partir da revisão dessas dissertações citadas no quadro 4, ao ler as Dissertações e Teses, procuramos observar se traziam o conceito de AEE, nesse sentido, segue os quadros com os conceitos encontrados.

Quadro 4: Conceito de AEE

| Autor (a) | Conceito AEE |
|---|---|
| Fabiana Lozano Cardoso (2022) | O AEE é considerado um ponto de apoio na escola de ensino regular, visando a identificação dos obstáculos dos alunos que apresentam um processo de aprendizagem atípica, respeitando a diversidade e com intuito de permear o acesso à educação a todos. |
| João Pedro Oliveira do Nascimento (2022) | Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) 21 surgem na escola como espaços de apoio, a partir do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes com deficiências, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem. |
| Jaqueline Sousa Santos Pita (2023) | O AEE se apresenta como um potente instrumento na promoção de acessibilidade e inclusão de PCD, pois oferece subsídios que favorecem a autonomia e aprendizagem desses sujeitos. |
| Jéssica Novôa (2023) | Atendimento Educacional Especializado (AEE) configura-se como um serviço complementar ou suplementar à educação básica que, já obstante, carece de conhecimentos específicos relacionados às diversas deficiências e suas comorbidades, quando ocorrem para além do ambiente em que as pessoas com deficiência vivem, de origem social, ambiental, educacional, cultural, divergentes e convergentes na sociedade atual na qual vivemos, a sociedade do conhecimento. |

| | |
|--|--|
| Kelly Maria Lopes Ribeiro Gomes (2022) | A autora não deixa claro, um conceito de AEE |
| Élida Cristina da Silva de Lima Santos (2023) | o AEE tem por função eliminar os obstáculos e promover ajustes que favoreçam a inclusão escolar dos alunos PAEE, além de promover ações que possibilitem acesso ao currículo e à aprendizagem, bem como estar articulado com as práticas desenvolvidas na sala de aula regular |
| Juliane Rogoni Ferrari Bernacki (2021) | Atendimento Educacional Especializado é uma política pública que institucionaliza dispositivos metodológicos de inclusão que têm como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, tendo em vista o ensino-aprendizagem e a eliminação de barreiras institucionais que impedem a participação plena dos estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação no espaço escolar, seguindo as especificidades educacionais. |
| Natália Romano (2021) | A autora não deixa claro, um conceito de AEE |

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

O Atendimento Educacional Especializado é uma estratégia educacional eficaz para atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. E tem um papel importante na garantia do direito à educação inclusiva e na promoção do acesso, participação e sucesso de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, proporcionando-lhes suporte individualizado através de práticas pedagógicas diferenciadas, adaptações curriculares, uso de tecnologias assistivas e promovendo a inclusão efetiva dos alunos em ambiente escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do desenvolvimento da nossa pesquisa vimos que a partir de 1961, o atendimento de crianças com necessidades específicas passa a ser validado no sistema educacional, por meio da Lei 4.024/61 e somente em 2012 por meio de força da Lei 12764 institui-se a Política Nacional de Proteção dos Direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

É de nosso conhecimento que crianças com TEA tendem a ter dificuldades em manter-se concentradas em seu processo de ensino e aprendizagem e que devemos ter um olhar sensível para essas crianças ao serem inseridas nas escolas, fazendo que esse processo de inclusão ocorra de fato e de direito. Porém, o que temos notado é que as instituições escolares ainda apresentam limitações na inclusão dessas crianças.

Processo que vem acontecendo de forma velada, é necessário que os profissionais em educação estejam atentos para que a filosofia da educação inclusiva não se torne apenas um processo de padronização dos seres humanos ou pior, uma normalização comportamental. Pois os mesmos também são protagonistas dessa realidade e precisam estar preparados para lidar com as situações do seu cotidiano profissional. Através de cursos de formação continuada (sejam em universidades com cursos de graduação e pós-graduação específicas para a área, cursos ofertados pelas próprias instituições onde o profissional atua, ou cursos ofertados pelas prefeituras e estados) os profissionais recebem a qualificação adequada para a realidade em que estão inseridos e muitas vezes podem tirar dúvidas e trocar ideias sobre as melhores estratégias a serem utilizadas.

Assim o que devemos compreender é que o processo de inclusão é de fundamental importância não apenas na educação, mas na sociedade como um todo, e para que ocorra de fato e de direito, é preciso sair do campo do abstrato (papel) e entender que não basta que nossas crianças e jovens estejam apenas inseridas no ambiente escolar, mas sim que tenham a capacidade de elevar suas potencialidades e habilidades e com isso adquirir conhecimento.

E para que essa ação aconteça às escolas necessitam organizar o AEE para que estes estudantes com TEA possam ter seus direitos garantidos e desenvolvam suas potencialidades e o processo de ensino e aprendizado possibilitando a eles a inclusão tanto intelectual quanto social.

Sabermos que a educação sem dúvida representa um serviço de suma importância ao estudante com autismo e para que ocorra é preciso verificar quais são as suas reais necessidades e de suas famílias, podendo assim planejar um trabalho pedagógico de acordo sua realidade, devendo também garantir uma formação adequada dos profissionais em educação que irão atuar com estes alunos. Até mesmo porque estamos diante de um sujeito repleto de diversidades e não perderíamos ofertar um “pacote educacional” igualitário para estas crianças e adolescentes.

Nosso objetivo com esta monografia foi conhecer e nos aprofundar no tema e com a pesquisa, conseguimos alcançar o objetivo proposto, pois nos permitiu compreender a importância do Atendimento Educacional Especializado – AEE e como ele contribui para a aprendizagem do autista na educação básica, e como a sala de recurso é organizada para atender esses estudantes, considerando todas as necessidades de modo que facilite o processo de aprendizagem dos mesmos de maneiras significativas para o desenvolvimento.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam auxiliar na compreensão dos benefícios que um ambiente escolar adaptado pode trazer para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e emocionais das crianças com TEA.

A pergunta de pesquisa e que instigou o trabalho foi como o Atendimento Educacional Especializado contribui para o desenvolvimento do estudante autista na educação básica e através das análises das Dissertações e Teses e com a leitura dos teóricos que tratam do assunto, foi possível perceber que o Atendimento Educacional Especializado – AEE, no que se refere ao desenvolvimento do estudante com TEA, contribui da seguinte forma:

1. **Mediação pedagógica** – oferecendo suporte pedagógico que possibilita o acesso ao currículo, eliminando barreiras e promovendo a aprendizagem.
2. **Recursos e Estratégias individualizadas** – identificando, elaborando e organizando recursos pedagógicos e de acessibilidade para cada estudante, considerando suas especificidades.
3. **Autonomia e independência** – O AEE foca na autonomia do estudante, ajudando a desenvolver suas habilidades que os capacitem na escola e na sua independência na sua vida cotidiana.

4. **Complementaridade ao Ensino Regular** – O Atendimento Educacional Especializado não substitui o ensino regular, mas complementa, oferecendo suporte adicional para aprendizagem do estudante.
5. **Inclusão na Sala de Aula Regular** – busca a inclusão dos estudantes autistas na sala de aula regular, adaptando o currículo e proporcionando estratégias de aprendizagem.

Sendo assim, o Atendimento Educacional Especializado contribui para o estudante autista, de diversa maneira significativa para o processo de desenvolvimento de cada aluno, pois se sabe que o atendimento educacional especializado tem o objetivo de atender as necessidades dos mesmos, complementando a formação do estudante, disponibilizando recursos de acessibilidade e estratégias que ultrapassem as barreiras.

REFERÊNCIAS

- ABNT _ BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_gerenciamento_imagens-filefield-description%5D_24.pdf. Acesso em 12/07/2024. Acesso em: 12 de março de 2024.
- ATENDIMENTO educacional especializado para o estudante com transtorno do espectro autista / Organizador: Francisco Varder Braga Júnior — Mossoró: **EdUFERSA**, 2018. 196p.: il.
- BAGAROLLO, M. F.; RIBEIRO, V. V.; PANHOCA, I. O brincar de uma criança autista sob a ótica da perspectiva histórico-cultural. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v. 19, n. 1, p. 107-120, 2013.
- BENDINELLI, RC **Atendimento educacional especializado (AEE)**: pressupostos e desafios. Publicado em 7 de julho de 2018. Disponível em < <https://diversa.org.br/artigos/atendimento-educacional-especializado-pressupostos-desafios/> > Acesso em 05 de abril de 2024.
- BRAGA JUNIOR, Francisco Varder; XAVIER, Márcia de Jesus. Prática de ensino VI: Educação Especial e Inclusão. Mossoró: **EdUFERSA**, 2013.
- BRASIL (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/1996. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, acesso em: 12 de março de 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 nov. 2011. Disponível em: Acesso em: 18 de março de 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensaio pedagógicos – construindo escolas inclusivas**: 1ª ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Diário Oficial da União, DF, 02 out. 2009. Disponível em. Acesso em: 18 de março de 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

CABRAL, C. S.; MARIN, A. H. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. **Educação em Revista** | Belo Horizonte n.33|e142079|2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e142079.pdf>>, acesso em: 12 de março de 2024.

CÂNDIDO, F. R. **Tecnologias assistivas e inclusão escolar: o uso do software GRID2 no Atendimento Educacional Especializado a estudante com autismo em escola pública do Distrito Federal**. Brasília 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18801/1/2015_FlaviaRamosCandido.pdf>, acesso em: 12 de março de 2024.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil (1988, 5 de outubro). Portal governamental. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm » https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

CORRÊA, N. M.; RODRIGUES, A. P. N. Tecnologia Assistiva no Atendimento Educacional Especializado (AEE) de estudantes com deficiência. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 87-101, set./dez. 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/TEMP/Downloads/7860-27376-1-PB.pdf>>, acesso em 12 de março de 2024.

CRUZ, Breno Suarte; BRITO, George Lauro Ribeiro. Conceitos e relações entre ferramentas digitais de aprendizagem e Transtorno do Espectro Autista (TEA). In: VELOSO, G. (Org.); BRITO, G. (Org.); FRANÇA, GEORGE (Org.). **Autismo: tecnologias para a inclusão**. 1. ed. Porto Nacional: Nagô, 2022.

EDUCAÇÃO inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas/ Féliz Díaz, Miguel Bordas, Nelma Galvão, Theresinha Miranda, organizadores; autores, Elias Souza dos Santos... [et al.]. - Salvador: EDUFBA, 2009. 354p.

GLAT, Rosana. **A Integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995. <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/1241734/artigo-205-da-constituicao-federal-de-1988>.

INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Anísio Teixeira; Quais são as atividades do atendimento educacional especializado (AEE)? — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep (www.gov.br) acesso 12/08/2024

KASSAR, M. C. M. Educação especial no Brasil: desigualdade e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul./set. 2012.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

- MANTOAN, M.T.E. (2016). **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Summus Editorial.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**. Editora ABDR. Edição, São Paulo, 2006. p.25.
- MAZZOTTA, M. J. S. Inclusão e integração ou chaves da vida humana. In>III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Foz do Iguaçu/PR. 04 a 07 de novembro de 1998. Disponível em: Acessado em 15 de março de 2024.
- MELLO, Ana Maria, S, Ros de Andrade, Maria América Ho Helena Sousa Dias, Inês de. **Retratos do Autismo no Brasil**. 1º Edição, São Paulo. Editora. AMA,2013, p.82
- MENDES, E.G.; ALMEIDA, M.A.; TOYODA, C.Y. Inclusão escolar de alunos com autismo: o papel do professor do atendimento educacional especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.23, n.4, p.515-530, out. /dez., 2017.
- NAKAYAMA, Antônia Maria. **Educação Inclusiva: Fundamentos e Perspectivas**. Curitiba: Appris, 2019.
- NUNES, Daniella Carla Santos. **O pedagogo na educação da criança autista**. Publicado em 07 de fevereiro de 2008.
- OLIVEIRA, K.G.; SERTIÉ, A. L. Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. **Einstein**, São Paulo: Atlas. 2017
- ORRÚ, Sílvia. S.E. O perigo da supervalorização do diagnóstico: rótulos introdutórios ao fracasso escolar... **Revista Eletrônica Gestão & Saúde** Vol.04, Nº. 01, Ano 2013 p.1699- 1709.
- PORTAL DESENVOLVER, Inclusão e diversidade (2024). **Qual a diferença entre integração e inclusão da pessoa com deficiência** Disponível em: <https://desenvolver-rs.com.br/2020/12/28/integracao-x-inclusao-entenda-os-conceitos/> . Acesso em: maio de 2024
- RODRIGUES, D. Educação Inclusiva: as boas e as más notícias. In RODRIGUES, David (org.). **Perspectivas sobre a inclusão; da educação à sociedade**. Porto: Porto, 2003.
- ROGERS, S. J.; DAWSON, G. **Intervenção precoce em crianças com autismo: modelo Denver para a promoção da linguagem, da aprendizagem e da socialização**. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Ltda, 2014.
- SARTORETTO, Mara Lúcia; SARTORETTO Rui. **Atendimento educacional especializado e laboratórios de aprendizagem: o que são e a quem se destinam**. Disponível em: Acessado em 12 de março de 2024.
- SILVA, S. F.; ALMEIDA, A. L. Atendimento educacional especializado para aluno com autismo: Desafios e possibilidades. **Intl. J. of Knowl. Eng.**, Florianópolis, v. 1,

n. 1, p. 62 – 88. Disponível em: < file:///C:/Users/TEMP/Downloads/63336-218389-2-PB.pdf>, acesso em 12 de março de 2024.

SITE Instituto Paradigma (2013) não sou deste planeta Sala de recursos multifuncional Story.pdf. **Transtorno do espectro autista (TEA):** desafios da inclusão, volume 2 / Gláucia Rosana Guerra Benute (Org.). -- São Paulo: Setor de Publicações - Centro Universitário São Camilo, 2020. – (Coleção Ensaio sobre Acessibilidade). p.09

UNESCO. **Declaração de Salamanca, 1994.** Disponível em: Acesso em: 18 de março de 2024.

VARELLA, Dráuzio; 2011. <https://drauziovarella.com.br/videos-3/videos/o-espectro-do-autismo/>